

# Cabral diz que Oliveira não falou em nome do banco

por Cristina Borges  
do Rio

"O presidente do Banerj, Adolpho de Oliveira, não falou em nome do governo do Estado do Rio de Janeiro ao defender a privatização da instituição", disse ontem, a este jornal, o secretário estadual de Indústria e Comércio, Victório Cabral, ao comentar as declarações de Oliveira, na véspera. Cabral afirmou que o estado "não cogita em privatizar o Banerj, por considerá-lo um instrumento importante para o desenvolvimento do estado, através de financiamentos à agricultura, à pequena e à média empresas".

Os programas prioritários a serem desenvolvidos através do Banerj, disse Cabral, ainda não foram definidos, aguardando o plano de saneamento financeiro em elaboração pelo Banco Central com a participação de representantes do governo estadual.

O secretário estadual de Fazenda, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, disse ontem, pela manhã, ao editor Guilhermez Barros, não acreditar na notícia veiculada pela imprensa de que Adolpho de Oliveira tivesse sugerido a privatização

do Banerj ao Banco Central. Gouvêa afirmou, ainda, desconhecer as declarações do presidente do Banerj, lembrando que o Tesouro do Estado é o dono do Banerj e que o governo "precisa do apoio da instituição não para benefício próprio e sim para servir ao estado", disse ele.

Gouvêa Vieira refutou o argumento de que a privatização do Banerj representaria uma solução para o governo evitar o desperdício de gastos e saques a descoberto, alegando que "já basta uma administração eficaz e uma conscientização do governo da real necessidade do banco estadual".

O pedido da Secretaria Estadual da Fazenda à Secretaria do Tesouro Nacional para a emissão de novos títulos públicos para cobrir o déficit de CZ\$ 40 bilhões, está dependendo da definição do Conselho Monetário Nacional, disse Gouvêa Vieira. O secretário da Fazenda, no entanto, não revelou a quantidade pretendida, limitando-se a dizer que o volume de títulos será de acordo com a capacidade de absorção do mercado, mas não descartou, porém, a possibilidade da rolagem de parte do déficit para o próximo ano.